Eixo 11: História da Educação Especial, movimentos sociais e organizações
Resumo expandido

Marcos históricos e legais da educação especial e inclusão escolar

Evila Zaynne Silva Oliveira

UFPE
Estudando de Licenciatura em Matemática na UFPE-CAA, licencianda em matemática na UFPE/CAA, foi professora voluntária do pré-vestibular inclusivo da UFPE, denominado gradação durante os anos de 2020 e 2021. E-mail: evila.zaynne@gmail.com

Resumo: O presente trabalho possui o objetivo de conhecer os marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escolar. Ela tem uma abordagem qualitativa, onde foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito dos marcos históricos da Educação Especial e Inclusão Escolar. Além disso, é apresentado como se iniciou o acesso de pessoas com Necessidades Educacionais Específicas a educação, bem como algumas informações filantrópicas, eventos e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) que foram importantes para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação. Nessa perspectiva, foi verificado que o acesso dos estudantes com especificidades iniciou com as instituições filantrópicas, além disso, foi através da Declaração dos Direitos Humanos que o debate a respeito do direito educacional passou a ter mais destaque nas pautas sobre educação.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

O acesso das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e/ou com necessidades específicas na sala de aula é um direito previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, é de extrema importância que esses discentes sejam não apenas inseridos, mas também, incluídos na sala de aula e que as suas necessidades educacionais sejam respeitadas.

Desta forma, a transição da exclusão para a inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na sala de aula, não ocorreu de imediato ou de maneira linear. Com efeito, para que as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e/ou com necessidades específicas tivessem direitos, sobretudo no

que tange à educação, foi um longo percurso.

Tendo em vista a importância da inclusão das pessoas com deficiência na sala de aula, a presente pesquisa busca apresentar alguns marcos históricos e legais da Educação Especial e da Inclusão Escolar, a fim de compreender como ocorreu, no Brasil, o acesso destes estudantes à educação. Assim, buscou-se compreender os momentos marcantes para a inclusão escolar.

Diante disso, o objetivo geral é: conhecer os marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escolar. Para alcançar este objetivo geral, foram estabelecidos como objetivos específicos: analisar publicações a respeito dos marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escolar; apresentar algumas instituições filantrópicas, bem como eventos e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) que foram importantes para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação e apresentar a importância da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

A escolha da temática se deu por meio de discussões a respeito das legislações que buscam promover o acesso das pessoas com deficiência nas escolas regulares realizadas no componente curricular eletivo de Educação Matemática Inclusiva. É importante salientar que apenas o acesso desses estudantes não é suficiente, tendo em vista que eles devem ser incluídos na sala de aula e não apenas inseridos ou tratados como um número de matrícula.

Diante disso, a pesquisa possui como característica uma abordagem qualitativa tendo em vista que esse tipo de abordagem não se preocupa com medidas e sim com a qualificação dos dados. Além disso, ela é orientada por pesquisas bibliográficas, as quais segundo Gil (2002) são desenvolvidas por meio de material já elaborado, principalmente, livros e artigos científicos. Assim, foram realizadas algumas pesquisas de materiais de outros autores que abordaram a temática a ser tratada, a fim de servirem de referências teóricas. Ademais, foi realizada a leitura dessas publicações, bem como de alguns decretos, leis, diretrizes e pareceres que tratam a respeito da Educação Especial e Inclusiva.

O presente resumo expandido está organizado em 4 tópicos, além do resumo e das referências. Os tópicos presentes nele são: introdução, onde foi apresentado a temática pesquisada, bem como seus objetivos e a justificativa; em seguida será apresentada a metodologia, a qual apresenta o percurso da realização da pesquisa; em sequência tem-se

os resultados e discussões, onde serão discutidos e comentados os resultados do trabalho; e, por fim, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa científica é a aplicabilidade de uma coleção de procedimentos objetivos, os quais são usados por um pesquisador. A pesquisa se constitui em etapas organizadas ordenadamente, de forma lógica e racional, onde o pesquisador deve conhecer para aplicá-las devidamente (FONTELLES et al., 2009).

No que tange ao tipo de abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois conforme Gerhardt e Silveira (2009) esse tipo de pesquisa se preocupa com características que não podem ser quantificadas, focando assim, em explicar e compreender os processos das relações sociais.

A pesquisa básica "consiste na aquisição do conhecimento sobre a natureza sem finalidades práticas ou imediatas" (JUNG; ENG, 2003, p. 114). Dessa maneira, no presente trabalho foi utilizado como natureza a pesquisa básica.

Como a pesquisa é um estudo bibliográfico, ou seja, faz uso de materiais bibliográficos, como livros e artigos para conhecer os marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escolar, então ela é classificada como Pesquisa Exploratória. Esse tipo de pesquisa coleta informações e dados a respeito de um determinado fenômeno de interesse sem que haja uma grande teorização dessa temática (JUNG; ENG, 2003).

A coleta de dados foi feita através da leitura e estudo de artigos publicados em periódicos ou anais, bem como de livros. Em relação aos instrumentos, foi utilizado resumos por meio de fichamentos, os quais permitem levantar as principais informações acerca da temática que servem como base para a revisão de literatura.

Dessa maneira, após a leitura dos artigos, monografias e livros, os dados foram organizados de maneira linear de acordo seus respectivos anos, a fim de conhecer como se iniciou o processo de inserção e inclusão das pessoas com deficiência nas salas de aula no Brasil, bem como para compreender a necessidade de incluir esses estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo teve como objetivo conhecer os marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escolar. Além disso, ele visa apresentar algumas instituições filantrópicas, bem como eventos e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) que foram importantes para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação.

Mantoan (2002) afirma que o debate sobre a Educação Especial teve início no século XVI, porém foi no século XIX que os serviços prestados às pessoas com deficiência foram trazidos para o Brasil. A autora declara que esses serviços atendiam os indivíduos com deficiência físicas, intelectuais e sensoriais. Nessa perspectiva, o acesso das pessoas com Necessidades Educacionais Específicas a educação no Brasil se iniciou por meio de instituições filantrópicas, ou seja, fundações sem fins lucrativos, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que foi fundada com a chegada de Beatrice Bemis em 1954 no Rio de Janeiro e a Sociedade Pestalozzi do Brasil (SPB), que foi fundada em 1945 por causa da expansão da Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, onde a mesma foi fundada na década de 1930 por Helena Antipoff.

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948. Nesse documento são definidos os direitos básicos do ser humano, dentre esses direitos está o de acesso à educação a todas as pessoas independente de suas condições físicas, religiosas, culturais, regionais, físicas e de gênero.

Diante disso, após essa declaração o debate a respeito do direito educacional passou a ter mais destaque nas pautas. No ano de 1990 na Tailândia ocorreu a Conferência de Jomtien, onde através dela foi publicada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem que surgiu a partir das discussões ocorridas na Conferência de Jomtien, a qual apresenta diversos obstáculos, como, por exemplo, a violência e a guerra, que dificultaram os avanços da educação básica em alguns países. Com isso, se sucederam outras conferências, como a Declaração de Dakar (2000) e a Declaração de Incheon (2015).

Por meio dessas declarações, foram sancionadas algumas leis, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que afirma em seu capítulo V que

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, art. 58)

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também foram publicados outros decretos e leis, como os Decretos nº 6.949/2009, 7.611/2011 e 9.465/2019, assim como as Leis 12764/12, 12796/13, 13146/15 e 13632/18. Apesar da importância dessas publicações é importante enfatizar que

> A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno deficiente mental na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola esteja preparada para dar conta de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais. (MIRANDA, 2004, p.16)

É importante salientar que é necessário incluir e não apenas adicionar as pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na sala de aula. Pois a inclusão não ignora as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Além disso, a inclusão refere-se não apenas a um grupo específico, mas a todas as pessoas, pois "não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender" (MANTOAN, 2003, p. 36).

Dessa maneira, a inclusão busca garantir que todos os estudantes, independente de suas diferenças e características alcancem uma educação de qualidade, além de vivenciarem experiências significativas (FREIRE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, nessa pesquisa, conhecer os marcos históricos e legais da Educação Especial e Inclusão Escola, bem como apresentar algumas instituições filantrópicas, bem como eventos e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) que foram importantes para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação.

Diante disso, através das instituições filantrópicas algumas pessoas com Necessidades Educacionais Específicas passaram a ter acesso à educação no Brasil. Com a Declaração

Universal dos Direitos Humanos e com as conferências e declarações da ONU, algumas leis passaram a ser criadas no país a fim de promover a inclusão desses estudantes nas turmas regulares, buscando a equidade a fim de proporcionar uma educação de qualidade para todos. Entretanto, ainda é preciso percorrer um longo caminho para que haja, de fato, essa educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista paraense de medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, p. 5-20, 2008. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5299. Acesso em: 30 set. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNG, C. F.; ENG, M. **Metodologia científica**. Ênfase em pesquisa tecnológica, v. 3, n. 41, p. 41, 2003.

MANTOAN, M. T. E. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. **Universidade Estadual de Campinas. Unicamp**, v. 25, 2002. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1441311060.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar) Bibliografia. 1. Inclusão escolar 2. Pedagogia I. Título. II. Série.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em: https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.